

FORMAÇÃO DE EDUCADORES: APRENDIZAGEM E VIDA

Maria Thereza Oliva Marcílio de Souza*

Ensinar é uma prática social porque envolve diferentes atores, porque influencia e é influenciada pelo contexto social, porque é uma função reconhecida publicamente.

A compreensão deste conceito de ensino tem implicações para a escola como instituição social à qual se delega a função de formar os novos membros da sociedade, transmitindo-lhes os conhecimentos, valores, técnicas e habilidades que compõem a cultura do grupo.

Para tanto, é necessário que ela:

- responda às exigências e demandas do mundo real, portanto compreendendo o presente, mantendo-se profundamente sintonizada com o momento;
- olhe o futuro, antevendo-o e preparando o aluno para viver lá;
- compreenda o passado, identificando-o no presente e valorizando-o como história.

Como profissional responsável pela tarefa de ensinar, o professor tem que ter consciência da complexidade da mesma, permanecendo sintonizado com o mundo, identificando a direção a ser seguida, promovendo e facilitando as trocas com a sociedade. No seu fazer cotidiano, nas práticas escolhidas, nas estratégias elaboradas, nas intervenções propostas, o professor tem que ter presente que os alunos vão para a escola para aprender a ser, a conviver, a aprender, a construir, a sonhar, por isso a escola não pode estar distante da realidade, de costas para a vida.

Ensinar é, portanto, uma tarefa delicada, pois, como diz Régis de Moraes “educar é intervir em vidas e para tal é necessário suavidade, delicadeza, ciência e arte”.

Conhecer o sujeito, seu modo de funcionamento cognitivo, a forma como se relaciona afetivamente, a percepção que ele tem de si mesmo e de sua inserção no mundo, são aspectos fundamentais para o ensino da docência. Tudo isto o professor faz, sendo ele também sujeito de desejos, sentimentos e idéias. Há, portanto, inúmeras possibilidades de que as situações de ensino sejam contaminadas pelos preconceitos do professor ou que sejam entendidas sob a ótica de apenas um ponto de vista, o dele. Ser professor significa, então, viver um processo de auto-conhecimento, de análise e reflexão permanentes sobre suas próprias crenças.

O lugar que o professor ocupa é o de modelo, o de sinal, esse lugar não deve ser ocupado por super-homens, “Professores de Deus”, nem deve ser exercido com autoritarismo. Ao contrário deve levar à busca da coerência, da transparência, do exercício da cidadania, da aceitação dos próprios limites, de ser um “eterno aprendiz”. Isto é mais verdadeiro ainda, quando é parte da tarefa do professor facilitar o acesso ao conhecimento, garantir a aprendizagem, sabendo que aprender é mudar, e que mudar nem sempre é agradável ou fácil, pelo contrário, implica em riscos e perdas. Desse modo é previsível que em situações adversas, o indivíduo se feche para aprender, crie resistências, bloqueios. É necessário, pois, maturidade para que ao ser visto como modelo e com a possibilidade de influenciar os alunos, possa estimulá-lo a

* Membro da Avante – Educação e Mobilização Social - ONG

seguir, a ousar, a ter prazer em aprender, possibilitando-lhes tomar decisões, refletir sobre os próprios atos e ter atitudes fundamentadas na ética e nos princípios de solidariedade e dignidade.

O CONHECIMENTO NECESSÁRIO

Requer conhecimento profundo do objeto do conhecimento, do sujeito aprendiz, de si mesmo e da ciência didática.

A par de toda a complexidade e delicadeza já mencionadas, o professor também é solicitado a prestar contas de sua tarefa: o seu papel é ensinar e este só se realiza pela aprendizagem dos alunos. Há, portanto, um compromisso com resultados, ou seja: garantir que todos os alunos aprendam em todas as áreas do conhecimento. Para tal, ele necessita conceber, realizar, analisar e avaliar as situações didáticas e intervir no processo de aprendizagem dos alunos. É preciso, portanto, gerir os trabalhos de sua classe. Para o professor de Educação Infantil e séries iniciais do 1º grau, essa tarefa é extensa, pois ele tem que conhecer conteúdos a serem ensinados, relacionados a, pelo menos, 5 áreas de conhecimento. Conhecê-las, não como aluno, mas como expert: conhecer a estrutura e as idéias organizadoras de cada uma para poder organizá-las em torno de eixos de conteúdos. Significa entender como estes conteúdos se organizam, como surgiram, quais os aspectos relevantes, enfim, significa saber para quê e como as diferentes áreas de conhecimento funcionam.

Porém isso não é o bastante; ensinar é interagir, pressupõe uma relação triangular entre quem ensina, quem aprende e o objeto de conhecimento. Não basta conhecer o objeto, é necessário também conhecer o sujeito que aprende. Este conhecimento está na Psicologia, na Antropologia, na Sociologia e na Filosofia. Trata-se de conhecer o indivíduo, como ele funciona, desenvolve-se, aprende, relaciona-se. Conhecer as diversas etapas do desenvolvimento humano, seus mecanismos e como eles se articulam, entender como as pessoas aprendem e como os processos e aprendizagem e desenvolvimento se relacionam, todos esses são conhecimentos necessários para desenvolver boas situações de aprendizagem tanto as que se relacionam aos objetos de conhecimento escolar, quanto as que contribuem para a construção das capacidades, cognitivas, estéticas, motoras e de interação social.

Como nas ciências humanas, pela complexidade dos processos e das relações, existem diferentes explicações teóricas para os fenômenos, e é necessário que o professor conheça as diferentes concepções de desenvolvimento, de aprendizagem para que possa ter consciência das opções feitas e possa definir o seu trabalho. Mas é preciso também conhecer o aluno como ser social, portanto, conhecer o grupo, a comunidade à qual ele pertence, suas instituições, a cultura, seus códigos, valores, necessidades e projetos. Este conhecimento é fundamental para que o professor seja um leitor crítico e reflexivo das práticas educacionais e dos papéis institucionais. Muitas vezes, os impasses que ocorrem na escola, prejudicando a aprendizagem dos alunos, são decorrentes da ignorância em relação às diferenças culturais. Paralelamente, entender a dimensão social, histórica e política da educação, da escola e do papel do professor é condição para que seja um sujeito autônomo, tanto profissional quanto politicamente, capaz de posicionar-se e dirigir sua prática para alcançar os objetivos de formar o cidadão, de construir uma sociedade mais justa, democrática e solidária. Finalmente é preciso entender a busca do conhecimento pelo homem e as diferentes perspectivas e explicações dadas a esse processo ao longo da história. Este saber dá sentido à ação de educar e ajuda a pensar a educação, analisando: o que vale a pena ensinar? Para quê? Para quem?

No entanto, conhecer o objeto de conhecimento e o sujeito que aprende ainda não garante a articulação dos vértices do triângulo, formado por estes dois aspectos e a ação docente. Para criar situações que possibilitem boas aprendizagens, é preciso saber selecionar os conteúdos. Essa seleção é, na realidade, um processo que envolve priorizar, recortar e comunicar o conhecimento, o que significa transformá-lo.

Nesta perspectiva, é possível afirmar que, apesar de toda a argumentação desenvolvida sobre a necessidade de abrir a escola para a vida, ao tomar o conhecimento como objeto de ensino, já se está fazendo modificações necessárias para a realização plena do objeto da educação: garantir, a todos, a aprendizagem do conhecimento historicamente produzido e socialmente construído, possibilitando a sua inserção na sociedade. Estas modificações, contingentes ao ato de ensinar, podem ser mais ou menos adequadas, podem estar mais ou menos distantes do conhecimento como foi produzido. O estudo desse processo que resulta na comunicação do conhecimento é o objeto da ciência didática. Esta concepção da didática como ciência autônoma, com objeto próprio, se opõe à idéia de que, para ensinar, basta “importar” conhecimentos de outras ciências e aplicá-los á sala de aula. Assim, conhecendo Psicologia e Lingüística, por exemplo, o professor seria capaz de criar boas situações didáticas. Muitas vezes, ao tomarmos conhecimento da pesquisa de Ferreiro e Teberosky sobre a psicogênese da língua escrita, ouvimos de professores, que conheciam e entendiam a pesquisa, a pergunta: Sim, mas como? Demoramos um pouco para entender que esse como não viria pela Psicologia mas sim pela Didática.

Sintetizando, com Délia Lerner:

“Desse modo, o saber didático, ainda que se apóie em saberes produzidos por outras ciências, não pode deduzir-se simplesmente deles, o saber didático se constroee para resolver problemas próprios da comunicação do conhecimento, resulta do estudo sistemático das interações que produzem entre o ensino e a aprendizagem de cada conteúdo específico, se elabora através da investigação rigorosa do funcionamento das situações didáticas”.

FALTA MAIS O QUÊ?

Além destes conhecimentos, ser professor requer atitudes de escuta, de compaixão e acolhimento – genuína solidariedade – e de encantamento permanente. Mais ainda, a capacidade de lidar com o inusitado e de conviver com a insegurança.

Ser professor requer qualidades e atitudes de criador. O criador é aquele que zela, se preocupa, se coloca disponível, se aproxima da criação; é sobretudo aquele que extrai prazer e se alimenta com a criação. Aqui reside a chama, a alma e a marca do ser professor, e talvez esteja aqui o limite que se impõe e quem não é professor. Estas qualidades não são facilmente mensuráveis e não são parte do patrimônio genético, não é algo com que se nasce. Portanto, ser professor, não é, definitivamente, para todo o mundo. Por outro lado, lidar com o inusitado pertence ao cotidiano da profissão o que faz com que o exercício desta exija do professor a capacidade de enfrentar problemas mal definidos, para os quais não há uma fórmula ou receita única. Exatamente por isso, pressupõe e requer planejamento detalhado e diário, análise de possibilidades, objetivos claros e recortes de conteúdos adequados.

Nas palavras de John Bruer:

“O ensino também é uma forma de resolução de problemas, uma forma que requer conhecimentos e habilidades únicas. A base de conhecimento do ensino vai mais além do domínio da disciplina. Esta realidade deveria gerar uma mudança na idéia que se tem da profissão docente. Frequentemente se ouve a afirmação, proveniente tanto da opinião pública como de alguns educadores, de que *o ensino é uma arte e que inclusive os bons professores podem não saber o que fazem*, mas não significa que não possamos descobri-lo”.

E mais, se precisamos planejar, agir, modificar o planejamento e modificar a ação, nesse processo redefine-se constantemente o problema e modificamos nosso objetivo. “Deveríamos conceber a educação da mesma maneira. Se a reforma educacional supõe um problema mal estruturado, não deveríamos buscar a solução, porque não há somente uma. Não há nada já feito que nos permita solucionar o problema, e não devemos ter muitas esperanças em algoritmo inexistente, deveríamos centrar-nos no processo – a educação como processo e não como produto. Como podemos nos organizar para descobrir cada vez mais coisas sobre a aprendizagem e por esses conhecimentos? Necessitamos de um sistema, um processo, no qual nossa compreensão e nossa prática educativa evoluam constantemente”.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO OBJETO DE ANÁLISE

É, pois, urgente e indispensável transformar a prática pedagógica em objeto de conhecimento a ser observado, estudado, analisado, para que possa ser transformada e transformadora.

Vivemos, hoje, uma situação mais alentadora em educação, do que a que persistiu nos últimos anos. O novo marco legal da educação no país, a LDB de 1996, preconiza a formação em nível superior para todos os professores, desde a Educação Infantil. Estabelece como prazo para vigência o ano 2006, dessa forma reconhece-se a necessidade de mais tempo e mais profundidade nos estudos para formar um professor. Na verdade é mais do que o reconhecimento, pois já se legisla sobre o assunto, o que significa algo que não apenas deve ser feito, mas que tem que ser feito.

Paralelamente ao avanço legal, formulam-se Parâmetros Curriculares Nacionais para a Formação do Professor. Nestes, reconhece-se a natureza teórico-prática da função do professor, o que requer, além da formação inicial, uma formação continuada. A primeira, tendo como responsável a instituição formadora, a segunda sendo responsabilidade das agências empregadoras. Desta forma, explicita-se a necessidade da relação professor-aluno em sala de aula para que o professor se torne professor. Ao mesmo tempo, esta relação vivida na sala de aula torna-se o centro da formação continuada. No entanto, um problema: como analisar e estudar uma prática em que, aquele que deve estudá-la, é um dos atores principais, que está imerso no seu papel, vivendo-a como tal? Para que o professor possa realizar tarefas de metacognição é preciso evidenciar a prática, torná-la visível e analisável. É preciso saber o que dá certo, por quê e como funciona, e em que circunstância foi feito. O processo de formação continuada compreende a análise de prática através de vídeos, da observação ao vivo e da escrita de relatórios diários. A reflexão coletiva a partir destes instrumentos permite o avanço e a transformação da prática.

Só assim será possível converter nossos esquemas educativos, informais, fragmentados, locais e frequentemente inconsistentes, em representações mais próximas às de um especialista, oferecendo as condições para que a educação escolar seja, a um só tempo, elemento integrador e transformador da sociedade.

BIBLIOGRAFIA

Brasil – Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental – Referências para Formação de Professores. Brasília, 1998.

Bruer, J- Escuelas para pensar. Barcelona: Paidís, 1995.

Buratto, AL e tal. A direção do olhar do adolescente: Focalizando a escola. Porto Alegre: ARTMED, 1988.

Fullan, M. e Hargreaves, A. A Escola como organização aprendente. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Lerner, D. El lugar Del Conocimiento Didático em la Formación del Professor in Quem é o professor do 3º milênio. Novas perspectivas em educação. Salvador: Avante, 1996.